

A Formação do Sujeito como Ser de Relações

Profa. Dra. Edileine Vieira Machado¹

Resumo: Para as políticas públicas se concretizarem precisam das pessoas, dos sujeitos, caso contrário, permanecem apenas “proclamadas”, tal como insistem João Gualberto de Carvalho Meneses e Jair Militão da Silva, ao tratarem de Políticas Públicas de Educação. Na visão de Touraine, os sujeitos são os propulsores da história, o que possibilita compreender melhor suas motivações e horizontes da ação que desencadeiam. Lubick demonstra a possibilidade de praticar a inclusão por meio da Unidade, salvaguardando a dignidade da pessoa humana. A Unidade é considerada critério de ação tanto na Pedagogia do Sujeito Coletivo, quanto na filosofia de vida de Lubick. Assim, a Pedagogia do Sujeito Coletivo de Jair Militão da Silva poderia ser chamada Pedagogia da Unidade.

Palavras-chave: Políticas públicas de educação, inclusão social; formação do sujeito

Escrever sobre esse tema levou-me a pensar como passei a acreditar na possibilidade e necessidade de formar o sujeito como ser de relações. No Programa de Mestrado em Educação, em especial na linha e disciplina *Políticas Públicas de Educação*, João Carvalho de Carvalho Meneses e Jair Militão da Silva demonstram a importância do diálogo com outros teóricos, além da área de Educação Especial.

Compreendi que as políticas públicas para se concretizarem precisam das pessoas, dos sujeitos, caso contrário, permanecem apenas “proclamadas”, como os dois mestres insistem em nos fazer entender e compreender. Nessa perspectiva, podemos constatar que as políticas são por natureza interdisciplinares e até transdisciplinares, “precisam” provocar diálogos entre as diferentes áreas e é em suas fronteiras que acontece a adesão, o acreditar e o estímulo para efetivá-las. Assim, a constituição do sujeito como ser de relações é de extrema importância e, para que isso ocorra, Jair Militão da Silva propõe e sistematiza um caminho: a “Pedagogia do Sujeito Coletivo”. Acredito nesse caminho e vou procurar apresentar a seguir, a partir da minha compreensão sobre sua Pedagogia, utilizando sua obra **Autonomia da escola pública**.²

Dialogar com outros teóricos, como da área da filosofia, antropologia, sociologia, direito e gnosiologia, possibilitou-me descobrir a necessidade de compreender a importância do sujeito, dos porquês do caminho anterior às práticas pedagógicas, como o ensino do Braille e do Sorobã... Precisamos, antes do ensino desses métodos, formar sujeitos, pessoas que convivam em sociedade, que sejam respeitadas com dignidade, que consigam compreender o verdadeiro significado de tais métodos, a importância de ensinar e aprender e que servirão em suas vidas, no seu dia-a-dia.

Dialogar com esses autores possibilitou reflexões e melhor compreensão sobre conhecimentos fundantes da situação educativa, que levam em consideração, necessariamente, o ponto de partida dos educandos (gnosiologia, antropologia), o ponto de chegada (os fins e objetivos educacionais) e o caminho (procedimentos educacionais). A escolha dessas áreas deve-se à crença em sua contribuição para aprofundamento da formação do “sujeito inclusivo” e definição de “espaço inclusivo”, este minha área específica de pesquisa.

¹ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Mestre em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Inclusão Social – NEPIS. Professora e Pesquisadora no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo.

² SILVA, J. M. da. **A autonomia da escola pública**. 9ª ed. Campinas: Papyrus, 2006.

Nossas pesquisas têm evidenciado a importância de pensar no sujeito que faz a inclusão, que proporciona possibilidades e também naquele a ser incluído. Em visitas a instituições que se declaram inclusivas, observamos que a inclusão é vista como um produto daquela gestão, daquela política, esquecendo-se a história de quem a fez, ou a faz, do seu produtor. Um exemplo, em nosso país, são as políticas públicas, mais especificamente na área da Inclusão Educacional, que mudam de secretário que fez e/ou iniciou um determinado movimento, como se a cada governo iniciasse a política de inclusão, como inovação, “descoberta da América”, ao invés de relacionar, aproveitar experiências e dar-lhes continuidade... Outro exemplo: para elaborar uma legislação, convidam-se técnicos, especialistas, esquecendo aqueles que vivenciam, fazem a inclusão e aqueles que precisam ser incluídos. Todos deveriam ter voz no momento de pensar uma nova legislação, quanto às suas reais necessidades, especificidades, reivindicações, porém, a elaboração dos documentos deveria contar com legisladores, especialistas...

Para sua formulação ou planejamento, é importante a participação da sociedade civil, por seus representantes. Não é preciso que todos conheçam o método de planejar, mas que sejam comprometidos com os interesses populares, expressos prioritariamente por movimentos e organizações populares. (CASEIRO, 2000) Entendemos políticas públicas como resposta que o governo dá às demandas sociais. Na visão de Touraine, os sujeitos são os propulsores da história, o que possibilita compreender melhor suas motivações e horizontes da ação que desencadeiam. Na perspectiva de que o sujeito é imprescindível para criação e manutenção de uma instituição inclusiva, sua ausência no processo determina o fracasso da inclusão.

Afirma Alan Touraine:

Frente a um sistema totalitário, qual é a resistência possível? [...] É a pessoa, com a sua liberdade e também com as suas raízes culturais, nacionais e religiosas. (apud Silva, Fac. de Ed., 1991, p.35).

Pensar políticas em grandes blocos é um grande equívoco. Faz-se necessário considerar as particularidades, o sujeitos a serem envolvidos, pensarmos em políticas públicas e práxis pedagógicas para a constituição de “espaços inclusivos”, conceito que vimos desenvolvendo nesses anos como pesquisadores.

A inclusão das pessoas ocorre em “espaços específicos” que integram uma instituição mais ampla e não acontece de modo imediato e na sua totalidade, mas é mediada pelo “espaço inclusivo”. [...] Quando se pensa na organização de um espaço inclusivo é preciso considerar e consultar as pessoas que irão desfrutar desse espaço, suas necessidades e características específicas (Machado&Chamlan, 2007).

O que é um sujeito?

Na história da humanidade, é com o cristianismo que a idéia de pessoa mais se desenvolve, atribuindo ao homem a capacidade de conhecer (pela inteligência) e escolher, conforme sua vontade, acionada pelo amor. O homem tem como características o entendimento, vontade e memória, que garantem identidade constante, embora possa sofrer mudanças durante sua vida. *Esse homem é uma totalidade que perdura, que se apresenta com consistência; é uma pessoa (Silva, 2006, p. 82).*

Nessa visão da antropologia cristã, segundo Silva (2006, p.82), o homem pode mudar o seu modo de agir e essa “autonomia relativa” diante da realidade, o que implica responsabilizar-se pela livre escolha. Para realizar essas ações, não automáticas nem espontâneas, é necessário um processo educativo contínuo de humanização que as faça presentes. Comenta o autor:

A pessoa é uma totalidade aberta a outras totalidades ou, em outras palavras, é um ser relacional. Esta necessidade de relação deriva de duas características humanas: a imperfeição e o amor (Silva, 2006, p.83).

Por não ser perfeito, o homem é levado a depender dos outros para sua própria sobrevivência física e humana, para manter-se pessoa. Pelo amor, o homem busca os demais para ajudá-lo a sobreviver e para que, juntos, vivam bem. Essa a justificativa para que a pessoa não seja coisificada, instrumentalizada para nenhum fim, vista conforme sua “utilidade social”. Ao contrário, as organizações sociais devem estar a seu serviço. Dotada de dignidade, a pessoa possui direitos inalienáveis – os direitos humanos.

Essa visão humanista demonstra seu grande potencial hermenêutico e organizativo na vida individual e social, para compreender as partes e o todo e suas relações, isto é, a unidade do sentido compreendido, num vaivém contínuo do todo à parte e da parte ao todo, retificando, sempre que necessário, a expectativa com que se começa.

Como sujeitos que buscam a concretização das políticas de inclusão, precisamos conhecer-nos e reconhecer-nos como sujeitos de relação, tarefa em que nos auxiliam os autores que estudam situações humanas.

A política, segundo Maritain, é a forma mais adequada de a sociedade garantir seus direitos para que a pessoa seja respeitada com dignidade, possa praticar o livre arbítrio, responsabilizar-se pelas suas ações e o Estado estar a seu serviço. Segundo o autor, a pessoa é dotada de razão, vontade e instintos que precisam ser educados para tornarem-se independentes e autônomos.

Viktor Emil-Frankl, com a terapia do sentido da vida (logoterapia), ajuda-nos a compreender a pessoa como alguém dotado de corpo, alma e espírito, cuja unidade garante a resistência a qualquer tipo ou condição de destruição e morte. Nessa visão de homem, o espírito nunca é atingido pela doença, o que fundamenta a esperança da cura. Segundo o autor, *a busca de sentido suscita a pergunta: “Que lugar ocupo na totalidade da existência?” (p.17) “Quem devo ser?” “Quais são meus potenciais?” e “Que devo fazer, não apenas para adaptar-me à vida, mas para melhorá-la?” (p.21)*

O homem é um ser relacional, *um ser que sempre decide o que ele é* (Frankl, 2006, p.84) com responsabilidades sociais para consigo e os outros, necessita identificar e interiorizar o sentido da vida, de suas experiências, usar seu saber no cotidiano e desenvolver sua liberdade de escolher como viver, agir e pensar frente às situações apresentadas pela vida. O sujeito alcança a liberdade, quando, em seu processo de constituição e formação, percebe a necessidade da aprendizagem e do conhecimento para sua sobrevivência em sociedade.

O aluno em situação de fracasso é um *educando* no ambiente escolar, mas, na sociedade, é um sujeito. Assim, é necessário vê-lo e entendê-lo como um ser social que interfere e recebe interferências do meio em que vive, tem sua identidade e individualidade e se relaciona com outros indivíduos.

Não há educando que não saiba algo ou que não aprenda nada. A pergunta a ser feita é por que não se interessa nem consegue assimilar os conteúdos trabalhados na escola. Em alguns casos, há dificuldades físicas e psicológicas resultantes de

doenças ou deficiências, em outros, o problema está na distância entre o currículo escolar e a realidade do aluno, que, muitas vezes, não vê sentido no que aprende, o que o leva ao desinteresse e a ocupar seu tempo em sala de aula de várias outras maneiras.

De acordo com Martins (2003), o termo exclusão substitui ou mascara a desigualdade que assola nossa sociedade, resultante da disseminação das idéias e práticas neoliberais. A exclusão acaba por ser uma inclusão precária, um período de transição, quando o sujeito, desprovido de condição social adequada e digna, não tem outra opção a não ser sujeitar-se a condições sub-humanas ou imorais para sobreviver, sendo excluído de uma realidade digna, para ser incluído em outra, degradante. *A exclusão é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação (...). A privação hoje é mais do que privação econômica, há certa dimensão moral* (Martins, 2003, p.18).

As diferenças entre os educandos tornam-se gritantes, quando escola e o professor não as discutem e desmistificam.

A inclusão educacional, proposta pelas políticas públicas de educação, tem por objetivo dar suporte às novas demandas e competências educacionais e, nas relações interpessoais, buscar a aceitação, a compreensão e bom convívio entre todos os sujeitos. A inclusão implica transformação e aceitação de si mesmo para, depois, atingir a outros, podendo envolver a educação especial, ensino de jovens e adultos e as próprias relações entre alunos e professores. Incluir é aceitar o outro como ele é, respeitar sua singularidade, envolvê-lo num grupo com outros sujeitos a fim de que, juntos, possam chegar ao sujeito coletivo, tendo por objetivo o bem-estar de todos. Para que isso ocorra, faz-se necessário um ambiente apropriado, inclusivo, acolhedor, onde todos se sintam à vontade para agir.

A vida tem um sentido potencial sob quaisquer circunstâncias (Frankl, 2006, p.10) e o educando sabe disso, pois vive diversas situações, transformando-as em experiência e saberes, pelos quais dá sentido à sua vida e forma sua identidade. Na escola ele precisa perceber o elo entre o que aprende e o que vive, caso contrário, perde o interesse pelo ensino.

Nos momentos mais críticos, mesmo não podendo escolher as situações em que vive, o educando pode escolher como enfrentá-las, para desenvolver sua liberdade e responsabilidade e crescer como sujeito e cidadão. A desvalorização do educando destrói seu amor próprio e identidade, levando-o ao isolamento e a desistir de ser sujeito participante, o que dificulta a aprendizagem e determina a situação de fracasso escolar.

O ser humano é capaz de mudar o mundo para melhor, se possível, e de mudar a si mesmo para melhor, se necessário (Frankl, 2006, p. 112). Assim, é preciso usar sua liberdade interior, valorizar o convívio social e desenvolver sua consciência de humanidade.

O educando apenas alcança essa condição, quando é aceito pelos colegas e, principalmente, pelo educador como pessoa e não apenas como educando.

Silva (2006), em uma visão humanista, mostra o sujeito como um ser de relações, capaz de aprender, mudar e de transformar realidade. Nessa perspectiva, faz-se necessário proporcionar situações educativas que se constituem por um ponto de partida (experiências, conhecimentos das pessoas envolvidas são considerados), caminho (método) e o ponto de chegada (o fim, aonde se quer chegar), contando sempre com a adesão voluntária dos envolvidos para sua concretização (livre arbítrio).

Lubick demonstra a possibilidade de praticar a inclusão por meio da Unidade, salvaguardando a dignidade da pessoa humana. Respeitar, enxergar o outro como uma

realidade unitária; dar sentido à própria vida, a seus atos; estar sempre atento e disposto para manter a unidade fraterna são conhecimentos e ações fundamentais para a formação do sujeito que poderá contribuir para a constituição de espaços inclusivos. Lubick pratica a inclusão por meio da sua Pedagogia da Unidade, em Loppiano (Itália), fundada em 1965, hoje com cerca de 800 habitantes de mais de 70 países. O centro aloja escolas de formação de membros do Movimento dos Focolares que querem ser esboços de uma sociedade “nova”, fundamentada na vivência do Mandamento Novo. A Unidade é considerada critério de ação tanto na Pedagogia do Sujeito Coletivo, quanto na filosofia de vida de Lubick. Assim, a Pedagogia do Sujeito Coletivo poderia ser chamada Pedagogia da Unidade.

O caminho para a formação do sujeito como ser de relações

Segundo SILVA (2006), sujeito coletivo

é um grupo de pessoas que possui uma identidade comum, um juízo comum sobre a realidade e reconhece-se participante do mesmo “nós-ético”, ou seja, percebe-se fazendo parte de uma mesma realidade comportamental, que é, por assim dizer, extensão de suas próprias pessoas. O grupo procura viver em comum-unidade, não necessariamente sob a mesma determinação geográfica. O que o unifica é, principalmente, o juízo comum sobre a realidade (p.94).

A constituição desse sujeito é fundamental para o comprometimento da comunidade educativa com o processo de inclusão, pois ele é capaz de relacionar-se com a realidade, promovendo mudanças na cultura organizacional.

Silva (2004, p. 98), criador da Pedagogia do Sujeito Coletivo, afirma que *uma pedagogia da constituição de sujeitos coletivos deverá, portanto, procurar conduzir seus integrantes a:*

- a) vivenciarem um momento de encontro onde predomine sentimentos de simpatia e identificação;*
- b) vivenciarem a oportunidade de praticar uma tarefa comum onde possam exercitar julgamentos comuns, de modo a construírem uma comum visão de mundo;*
- c) um comprometer-se pessoal e grupalmente com objetivos e metas;*
- d) assumirem ou acolherem uma identidade comum;*
- e) atuarem publicamente com essa identidade enfrentando os desafios dos ambientes físico e social;*
- f) conservarem a memória da criação e as experiências do grupo;*
- g) proporem obras concretas que ajudem a vida do grupo;*
- h) interagirem com outros sujeitos em clima pluralista e democrático*

As discussões sobre a inclusão continuam centradas na pessoa com deficiência ou no professor, considerado, muitas vezes, o único responsável pela inclusão, restringindo-se à acessibilidade arquitetônica ou à formação do educador. Entretanto, não se realiza qualquer experiência de inclusão sem mudança na cultura organizacional e, muito menos, sem a constituição do sujeito como um ser de relações. A responsabilidade pela inclusão é também dos sujeitos comunitários que se constituem no universo de uma organização social. Mas, sobretudo, depende das condições ambientais e humanas.

Pensar em uma educação, em uma escola inclusiva, supõe pensar no elemento fundamental da ação educativa, o sujeito educativo, que, mesmo concretizado em uma única pessoa, é sempre o resultado de um ser comunitário, de uma unidade, de uma comum-unidade.

Para a concretização da política de inclusão escolar e social, é preciso experiência e vivência da valorização da dignidade humana, olhos para todos os grupos sociais, independente de sua força de expressão, considerar as diversidades e suas singularidades, compromisso com o Estado, a sociedade civil e os diferentes sujeitos. Assim, as políticas poderão deixar de ser abstrações, proclamações, instrumentalizações, para se tornarem efetivas respostas do governo às demandas sociais, contribuindo para uma melhor qualidade de vida humana coletiva.

Referências

CASEIRO, L. C. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em educação: algumas considerações. In SILVA, J.M. da (Org.) **Os educadores e o cotidiano escolar**. Campinas, SP: 2000, p. 47-66.

FRANKL, V. E. **Psicoterapia e sentido da vida**. 4ª. ed. Trad. Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003.

_____. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. 22ª. ed. Trad. Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 1991.

LUBICH, C. **Ideal e Luz**. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2003.

MACHADO, E. V. (Coord.); Mazzaro J.L. **Diálogos com o professor sobre inclusão: fatos e histórias**. Brasília: LGE, 2008.

MACHADO, E.V. ; CHAMLIAN, L. A. Inclusão e Cidadania: possibilidade e prática. In: Ecleide Cunico Furlanetto; João Gualberto de Carvalho Meneses; Potiguara Acácio Pereira. (Org.). **A escola e o aluno: relações entre o sujeito-aluno e o sujeito-professor**. 1a. ed. São Paulo: Avercamp, 2007, p. 123-131.

MARITAIN, J. **Por um Humanismo Cristão**. São Paulo: Paulus, 1999.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2ª. ed. São Paulo, Paulus, 1997.

SILVA, J.M.. da (Coord.); MACHADO, E.V.; RESENDE, F.A. **Ler ouvir e compreender com as tecnologias da informação (TIC) na perspectiva de inclusão (da pessoa com deficiência visual)**. São Paulo: LTR, 2008.

SILVA, J. M. da. **A autonomia da escola pública**. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2006.

_____. A escola e sua relação com o processo de inclusão e exclusão. In Araújo, V. C. de. **Tecendo diálogos, construindo pontes: a educação como artífice da paz**. Vargem Grande Paulista-SP: Editora Cidade Nova, 2001, pp. 19-21.

_____. (Org.). **Os educadores e o cotidiano escolar**. Campinas, SP: 2000.

_____. A consideração da dignidade humana como critério de formulação de políticas públicas. Em M. C. Marcílio; L. Pussoli (Eds.). **Cultura dos direitos humanos**. São Paulo: LTr, 1998, p.194-198.

TEIXEIRA, A. Valores proclamados e reais nas instituições escolares brasileiras. In MEC (Ed.). **Educação no Brasil - textos selecionados: temas básicos para orientação dos candidatos a concurso para técnico em assuntos educacionais do Ministério da Educação e Cultura**. Brasília: MEC/Brasil, 1976, pp.7-27.